



2254 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 01 - História da Educação

GUIA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA PARA O ENSINO MÉDIO (2017): REPRESENTAÇÕES DE TEMPO HISTÓRICO
Zenaide Inês Schmitz - UPF - Universidade de Passo Fundo

Resumo

As críticas mais contundentes sobre o ensino de História atualmente estão relacionadas à necessidade de ultrapassar uma noção de tempo que reforça a concepção de um passado único, etapista e sem relação com o presente. O tempo histórico e a forma como tem sido apresentado é um dos pontos centrais para se repensar a história escolar. O objetivo principal deste estudo é analisar como o tempo histórico é preconizado no Guia Nacional do Livro Didático de História do Ensino Médio - PNLD 2018, para o entendimento de como os conteúdos são apresentados nos livros dispostos para a escolha pelos professores. No percurso analítico, se apresentará, questões relativas à importância do tempo histórico no ensino de História e nos livros didáticos, revisitando autores como Chesneaux (1995), Miranda; Luca (2004), Caimi (2014), Abud (1999); para posteriormente analisar informações sobre o Tempo Histórico presente no Guia Nacional do Livro Didático de História do Ensino Médio – PNLD 2018. O Guia apresenta 13 resenhas dos livros didáticos de História aprovadas. Cada resenha contém as seguintes informações: visão geral, descrição da obra, análise da obra e em sala de aula.

Palavras-chaves: Guia Nacional do Livro Didático. Tempo Histórico. História.

Introdução

Nos últimos anos pode-se constatar muitas mudanças no ensino de História. Tais mudanças são decorrentes de estudos e pesquisas que têm acontecido tanto na área da Educação como na de História. Nesse processo de transformações, os desafios enfrentados pelos professores são vários e de diferentes naturezas. Dentre as indagações que permeiam o cotidiano dos professores, neste momento de mudanças que caracterizam a disciplina de História, ganham destaque as que se referem à seleção de conteúdos significativos e a escolha dos materiais didáticos necessários para auxiliar de forma qualificada o trabalho do professor em sala de aula.

As críticas mais contundentes sobre o ensino de História estão relacionadas à necessidade de ultrapassar uma noção de tempo que reforça a concepção de um passado único, etapista e sem relação com o presente. O tempo histórico e a forma como tem sido apresentado é um dos pontos centrais para se repensar a história escolar, porque dele dependem relações complexas sobre a organização dos conteúdos e sobre o próprio estatuto epistemológico dessa disciplina.

Mediante tal cenário, o objetivo principal deste artigo é analisar como o tempo histórico é preconizado no Guia Nacional do Livro Didático de História do Ensino Médio, relativamente ao PNLD 2018, para o entendimento de como os conteúdos são apresentados nos livros dispostos para a escolha pelos professores. Enveredar pela questão de como o tempo histórico tem sido apresentado em livros didáticos disponíveis para escolha pelos professores torna-se pertinente para entender aquilo que tem sido considerado como importante, em termos de conteúdos e abordagens, para ser trabalhado em sala de aula, bem como permite entender a concepção de história adotada.

Segundo Oliveira (2010, p. 47), “a concepção de tempo está diretamente relacionada com a concepção de história a partir da qual a obra didática foi pensada”. A temporalidade histórica constitui-se como um elemento direcionador da lógica da explicação histórica, que, assim como pode silenciar também pode realçar o papel de determinados agentes, fatos e processos históricos.

Nesse sentido, no percurso analítico, inicialmente, se discutirá a importância do tempo histórico no ensino de História e nos livros didáticos, revisitando autores como Chesneaux (1995), Miranda; Luca (2004), Caimi (2014), Abud (1999); para posteriormente analisar informações sobre o Tempo Histórico presente no Guia Nacional do Livro Didático de História do Ensino Médio – PNLD 2018.

Acreditamos que é preciso entender as formas pelas quais o passado é concebido, pois isto influencia diretamente na temporalidade histórica e cria formas específicas de justificar o presente. Em muitos momentos, em diversos livros didáticos, houve a estruturação dos conteúdos numa perspectiva cronológica linear, nomeada por Chesneaux (1995) de quadripartismo histórico, em que a história continua sendo e entendida sob a ótica de um processo linear, com vistas principalmente para a história europeia. A História estrutura-se a partir dos quatro grandes períodos históricos: História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

Tempo Histórico e Ensino de História

Quando o conhecimento humano é dividido em partes previamente estabelecidas e sem correlações entre si, a possibilidade da falta de compreensão dificulta o processo de aprendizagem, principalmente no que se refere ao estudo do tempo. Para Elias (1998, p.25), “estudar o tempo pode talvez contribuir para corrigir esta imagem errônea de um mundo com compartimentos estanques”.

Nesse sentido, para captar o tempo em sua multiplicidade, Elias sugere:

Uma ideia básica é necessária para entender o tempo: não se trata do homem e da natureza, como fatos separados, senão do homem na natureza. Com isso, fica facilitado o empenho de investigar o que significa o tempo e por entender a dicotomia do mundo em natureza (área das ciências naturais) e sociedades humanas (áreas das ciências humanas e sociais) conduzem a uma cisão de mundo, que é produto artificial de um desenvolvimento científico errôneo” (ELIAS, 1998, p. 18).

O tempo precisa ser visto como uma categoria que perpassa todas as disciplinas, uma vez que faz parte do conhecimento humano como um todo. Desta forma, o tempo nos desafia na construção dos meios que possam superar a divisão das ciências e integrar tempo e homem.

Segundo Caimi e Oliveira (2017), o tempo histórico é uma noção central na aprendizagem histórica, o que torna fundamental encontrar referências para conduzir o ensino de História, de modo a viabilizar o domínio adequado de conceitos mais complexos que a cronologia, por

exemplo.

O tempo, como uma convenção social tem acompanhado nosso próprio desenvolvimento e está presente em diversas comunidades, desde os tempos mais remotos. Estudar, desenvolver pesquisas sobre o tempo, requer uma abordagem crítica, histórica, processual para que se tenha uma visão mais integradora dos avanços e retrocessos, rupturas e continuidades das construções sociais ao longo do tempo.

Na história, a forma como o passado foi investigado e as características da história construída, diferenciaram-se ao longo dos tempos. Oliveira (2010) adverte que o professor precisa entender como os historiadores em diferentes épocas trabalharam com o conceito de tempo ao construir suas narrativas. Nesse sentido, destaca as três correntes historiográficas mais discutidas e a visão de tempo que cada uma carrega:

Positivismo [...] A concepção de tempo nesta forma de abordagem histórica é caracterizada pela linearidade (sucessão) dos fatos porque são os fatos o objeto de estudo da história. Materialismo Histórico [...] a concepção de tempo que podemos identificar nesta corrente de pensamento busca explicar o passado não somente a partir do tempo do acontecimento, mas da contradição que pode ser encontrada em todo fato e, para compreender a contradição, faz-se necessário deslocar-se temporalmente tentando como determinados fatos se constituíram historicamente e porque se apresentam de tal forma ao homem do presente. Nova História [...] a concepção de tempo apresentada nos indica que deve ser considerada na construção da História, a simultaneidade das durações assim como os movimentos de permanências e mudanças que ocorrem em uma sociedade ao longo de um determinado período. (OLIVEIRA, 2010, p. 43-45).

Ainda segundo a autora, os conteúdos e as metodologias apresentadas nos livros didáticos relacionam-se diretamente com estas concepções historiográficas. Manuais destinados aos professores no período de escolha dos livros didáticos, assim como as resenhas das obras contidas no guia, apresentam informações relativas a opções teóricas adotadas pelos autores das coleções.

Nesse sentido, a temporalidade, como produção humana, é uma ferramenta da História, mais visível como referência expressa em calendários e cronologias, demarcando os anos e séculos, situando acontecimentos, ajudando a organizar as narrativas históricas para facilitar o entendimento da passagem do homem pelo tempo.

Entretanto, dependendo da escola teórica ou corrente historiográfica, para além desta conceitualização de senso comum, a percepção das temporalidades interfere diretamente na concepção de história, na abordagem e escolha dos fatos que o historiador julga relevantes para incorporar ao conhecimento de sua competência, modificando o entendimento do passado e, porque não dizer, do próprio presente.

No que concerne aos conteúdos de História, Cainelli (2010) destaca que praticamente durante todo o século XX os conteúdos de história política foram predominantes no ensino de história. Os livros didáticos contemplavam a história das instituições políticas, a história dos governos, dos grandes líderes, das disputas de poder seja por guerras, revoluções ou revoltas.

Nesse sentido, era essencial o ensino da História da Civilização europeia, ou seja, a civilização ocidental. É também desse período a constituição dos Estados Nacionais, onde a história-conhecimento passa a servir de instrumento para a sua consolidação, constituindo-se em espaços de propagação dos "grandes feitos" e de "grandes heróis". No caso do conteúdo de História do Brasil, este, institucionalizou-se como uma história basicamente relacionada a questões político-administrativas, burocráticas e militares.

A história baseava-se em uma concepção de tempo linear, homogêneo e evolutivo, construindo a ideia de progresso da nação, relacionada aos feitos dos "grandes heróis", ensinada como verdade absoluta e resgatada de documentos oficiais e escritos, que deveria ser passada pelos detentores da verdade, os professores, e assimilada pelos alunos de maneira passiva.

A autora Abud (1999) faz uma advertência para as confusões que acontecem em muitas escolas, principalmente na educação infantil e anos iniciais, quando, muitos professores vão trabalhar com o conceito de tempo e, para estes significa falar sobre o tempo físico, do claro e do escuro, do dia e da noite, das fases da lua, das estações do ano, das condições climáticas do dia: se está nublado, chuvoso, ensolarado. Elimina-se, neste caso, um trabalho com o tempo na sua dimensão histórica, ou seja, um trabalho que estabeleça relações entre presente/passado/futuro.

O Tempo Histórico e o livro didático de História do Ensino Médio: o que diz o Guia Nacional do Livro Didático (PNLD 2018)?

Atualmente, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é a política que norteia a produção dos livros didáticos no Brasil. Conforme o site do MEC[1]:

O PNLD tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos por um período de três anos. (BRASIL, 2017).

Ainda, conforme orientações no site do MEC (2017), a Coordenação Geral de Materiais Didáticos (COGEAM) é responsável pela avaliação e seleção das obras inscritas no PNLD e no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), bem como pela elaboração do Guia Nacional do Livro Didático voltado a auxiliar o professor na escolha dos livros didáticos dos diferentes componentes curriculares.

Assim, a ideia é de que por meio do guia, o professor consiga conhecer melhor as coleções aprovadas naquele ano e possa escolher a coleção que esteja de acordo com sua metodologia de trabalho e com o Projeto Político-Pedagógico da escola nos próximos três anos.

Nas escolas, o processo de escolha dos livros didáticos cabe aos professores de turma ou de cada área. São eles os responsáveis pela escolha do material que servirá de ferramenta para a sala de aula. Consideramos de fundamental importância o guia para a escolha das coleções, visto que nele se encontram os critérios adotados para aprovar ou não as coleções. O guia também disponibiliza resenhas das principais coleções aprovadas.

O guia é dividido em quatro partes. Na primeira parte são problematizados os objetivos do ensino de História estabelecidos na lei, bem como os desafios a serem enfrentados frente ao Novo Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na segunda parte encontram-se os princípios, critérios e processos de avaliação. Na terceira parte, é esboçado um perfil das obras analisadas e aprovadas, abordando as concepções de História (ciência e disciplina), de estudante e professor, difundidas pelas coleções do PNLD 2018, bem como as formas de seleção do conteúdo substantivo adotadas pelos autores das coleções. Na quarta e última parte, são apresentadas as resenhas das coleções aprovadas.

Percorrendo o Guia Nacional do Livro Didático de História observa-se que não existe um campo específico para tratar da temática de "tempo histórico". No entanto, durante uma leitura mais aprofundada do guia tornam-se visíveis alguns elementos que trazem informações substanciais sobre o assunto. Com relação aos critérios eliminatórios específicos do componente curricular História é elencado que existem aspectos teórico-metodológicos considerados como parte da especificidade da atividade profissional do historiador e do professor. Nesse sentido, o guia aponta como critério eliminatório a presença do anacronismo[2] e voluntarismo[3], visto que as obras "requerem o emprego dos

conceitos de historicidade e tempo e dos princípios que regem as iniciativas de ensino e aprendizagem, como o respeito à faixa etária e incorporação da realidade do estudante”. (BRASIL, 2017, p.13).

Analisando o item “seleção e disposição do conteúdo substantivo” do guia, consegue-se encontrar elementos que norteiam as orientações quanto à disposição dos conteúdos e nesse sentido, o tempo histórico. É ressaltado no guia que alguns autores das coleções aprovadas criticam “os discursos totalizantes – da experiência universal, geral, etc. – típicos dos séculos XVIII e XIX”, bem como, procuram orientar os professores de que não se pode ensinar tudo, e indicam a necessidade de operar recortes e seleções nos conteúdos. Além disso, fizeram um “combate ao eurocentrismo e à disposição linear de um processo histórico da humanidade” na abordagem dos conteúdos. (BRASIL, 2017, p.18).

Na tentativa de combater o dualismo presente na organização dos conteúdos, o guia informa que os autores das coleções buscaram articular os conteúdos de História do Brasil, América e Global, na chamada História Integrada. A perspectiva integrada procura apresentar a simultaneidade dos acontecimentos históricos em espaços diferentes. A ideia é mostrar que em um mesmo tempo histórico foram vivenciadas situações diferentes em diversas sociedades.

O guia destaca a História Integrada e a História Temática como as perspectivas curriculares dominantes nas obras selecionadas, sendo predominante a primeira. A perspectiva da História Integrada busca articular a História do Brasil com a História da Europa, América Central, a História da África e a História da Ásia, de forma a aniquilar (cercear) o potencial eurocêntrico que tal perspectiva tem.

É importante destacar que dentro da estrutura do conhecimento histórico encontram-se a simultaneidade das diferentes temporalidades. Nessa perspectiva, a tentativa de se organizar didaticamente uma História Integrada possibilita um debate sobre o tempo simultâneo e sobre os ritmos diferentes do tempo. A compreensão da simultaneidade dos acontecimentos históricos é um dos objetivos a serem alcançados no ensino de História, considerando as relações existentes entre a vida econômica, social, cultural e política das diversas sociedades.

A História Integrada pode fazer com que a História do Brasil, por exemplo, possa ser percebida em seu dinamismo próprio, integrada à História das Américas e à História Geral, que se transforma diante dos acontecimentos mundiais, mas que também é responsável por mudanças globais.

O objetivo central da História Integrada reside na superação da divisão entre História Geral, das Américas e História do Brasil. Nessa perspectiva, a História Integrada busca fornecer um estudo que possibilite ao aluno entender determinado assunto, focalizando em vários espaços e tempos diversos.

A História Temática vem procurando apresentar conteúdos que ultrapassem o sentido de um passado único para “toda a humanidade” e que supere uma História eurocêntrica. Desta forma, apresenta os conteúdos que são estruturados por intermédio de eixos temáticos que problematizam o tempo presente e o espaço vivido, em suas articulações e relações com as experiências pretéritas.

Nas propostas por eixo temático, temas e problemáticas relevantes na atualidade são estudados em diversas perspectivas temporais e espaciais. Um tema é utilizado como fio condutor para o estudo, análise, reflexões, em diversos momentos históricos, criando possibilidades para a construção de relações entre passado-presente.

A seleção de conteúdos não é feita de forma evolutiva, uma vez que se escolham temas significativos para o estudante, baseados em questões que o cerca. A partir dessa escolha, realiza-se um recorte temporal e espacial que possibilite o desenvolvimento dos estudos históricos apropriados para o aprofundamento do assunto. A ideia é de proporcionar uma maior compreensão das questões significativas no presente.

Sobre a periodização em cinco partes: Pré-história, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea, o guia ressalta que os autores que ainda utilizam tal periodização na elaboração da obra, veem tal divisão como tradicional e que estes conteúdos correspondem à denominada “História Ocidental” e relacionada à “História da Europa”.

No entanto, o guia traz que certas coleções justificam a escolha de tal periodização pela força do “hábito” e da “tradição” e também muitas vezes são direcionados pela matriz do Enem e pelos programas dos exames vestibulares que incorporam os acontecimentos relativos aos cinco recortes temporais.

Como esforço para se distanciarem do eurocentrismo, o guia destaca que as coleções justificam a inclusão das histórias da África, dos povos indígenas e afro-brasileiros (até por força das Leis 10.639/2003 e 11.645/2007), e também as histórias da Índia e da China como meios de conhecimento e respeito à diversidade cultural.

O guia apresenta uma certa crítica com relação às justificativas apresentadas pelos autores para suas escolhas. Com relação a isso, lê-se que “argumentos como ‘hábito’, ‘tradição’ ou demanda dos exames nacionais não devem pautar a manutenção dos cinco períodos históricos em sequência progressiva cronológica, reforçando uma infinita busca pelas origens [...]”. (BRASIL, 2017, p.21).

O guia apresenta 13 resenhas dos livros didáticos de História aprovados para o Ensino Médio no PNLD 2018, conforme quadro subsequente. Cada resenha contém as seguintes informações: visão geral, descrição da obra, análise da obra e em sala de aula.

No item “Visão Geral”, apresenta-se um panorama geral da obra, com informações relativas à forma como foram dispostos os conteúdos nos volumes da coleção. Já no item “Descrição da Obra” encontram-se informações sobre a estrutura do manual do professor e do livro do estudante. Também é apresentado o sumário sintético.

No item “Análise da Obra” constam informações relativas ao manual do professor e ao livro do estudante, bem como sobre o componente curricular de História, à proposta pedagógica adotada, à contribuição da obra para a formação cidadã, a História e a cultura da África, dos afro-brasileiros e dos povos indígenas, além de apresentar informações relativas ao projeto gráfico-editorial.

Por fim, o item “Em sala de aula” traz aspectos relacionados à forma como o livro didático é estruturado para ser usado na sala de aula, apresentando destaques sobre como foram articuladas as atividades e as metodologias possíveis de serem utilizadas. Ainda, alerta o professor sobre as eventuais ausências ou fragilidades da coleção.

Resenhas analisadas

Título da obra	Autores
História em Debate	Renato Mocellin e Rosiane de Camargo
História – Passado e Presente	Gislaine Azevedo e Reinaldo Seriacopi
Conexões com a História	Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira
História. Sociedade e Cidadania	Alfredo Boulos Júnior

Caminhos do Homem	Adhemar Marques e Flávio Berutti
Oficina de História	Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro
História Global	Gilberto Cotrim
Por dentro da História	Célia Cerqueira, Mária A. Pontes e Pedro Santiago
Cenas de História	Cândido Grangeiro
História – das cavernas ao terceiro milênio	Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick
# Contato História	Adriana M. Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini
Olhares da História – Brasil e Mundo	Bruno Vicentino e Claudino Vicentino
História	Georgina dos Santos, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas e Sheila de Castro Faria

Fonte: Elaboração da própria autora, 2017.

Desta forma, segundo dados fornecidos pelo guia, principalmente pelas resenhas das obras aprovadas, a perspectiva temporal dos conteúdos predominantes é a narrativa linear e cronológica. O que deixa claro a nós é que a perspectiva temporal dominante e que, possivelmente é transmitida aos estudantes, não trabalha com noções básicas de tempo histórico. Isso, de certa forma, é preocupante, pois a concepção temporal ensinada aos estudantes não preza pela articulação das dimensões temporais, dando assim o passado como algo isolado em si.

Como já assinalado anteriormente, essa abordagem programática que orienta as operações de seleção e organização temática das coleções, está intimamente ligada à tradições sustentadas naquilo que Chesneau (1995) denomina de quadripartição histórica. Essa tradição encontra-se presente principalmente nas obras que utilizam a abordagem chamada "História Integrada". A prioridade é a compreensão do processo histórico global, tendo como eixo norteador a perspectiva de tempo cronológico e sucessivo definida a partir da evolução europeia.

Para Miranda e Lucca (2004), essa perspectiva está ancorada na visão eurocêntrica do tempo e processo histórico, que acabou por se vincular, em diferentes recortes temáticos, a uma abordagem programática marcada pela valorização da identidade nacional, por intermédio da introdução de estudos de história do Brasil no início da escolarização.

Nesse sentido, percebemos, ao incursionar pelo guia, que a divisão do processo histórico da grande maioria das coleções está fundamentada em quatro blocos: História Antiga, História Média, História Moderna e História Contemporânea. Notamos a permanência da lógica cronológica europeia, baseada numa perspectiva de causalidade histórica. Tem-se a presença da noção evolutiva de tempo e dos eventos históricos. Apesar de o guia demonstrar que muitos autores em suas coleções inovaram na apresentação de seu material, a estrutura temporal linear e progressiva se mantém hegemônica nas obras, fator que pode ser observado inclusive em muitos sumários sintéticos apresentados nas resenhas.

Com relação à permanência da estrutura cronológica ocidental, observa-se por várias vezes a incorporação de conteúdos de História do Brasil e História da América à História Geral. No entanto, a incorporação desses estudos se dá a partir do referencial temporal ocidental.

Podemos ilustrar esta relação em diferentes momentos apresentados no guia. Situação encontrada na resenha da coleção *Conexões com a História*, onde consta que os conteúdos estão organizados em sequência cronológica, tendo como referência a História europeia, integrando a História do Brasil, da América, da África e do Oriente. Também na resenha da coleção *Caminhos do Homem* é abordado que os conteúdos são organizados na sequência cronológica dos acontecimentos a partir da história europeia e de acordo com a sucessão temporal, inserindo a História do Brasil, da América e da África. A resenha da coleção *História: passado e presente* aborda que as unidades conceituais estão estruturadas em capítulos que integram a História Geral, de matriz europeia, a História do Brasil, da América, da África e da Ásia, em ordem cronológica.

Observa-se um esforço por parte de alguns autores na superação dessa perspectiva, fato observado na resenha da coleção *História em debate* onde lê-se que o componente curricular História:

é desenvolvido por meio de temas articuladores que rompem parcialmente com a concepção de uma história sequencial, o que contém potencial para se discutir problemas que emergem a partir da contemporaneidade e possibilita visão geral e dinâmica da sociedade, capaz de contemplar a noção de duração dos acontecimentos históricos e assegurar protagonismo para os diversos sujeitos envolvidos. (BRASIL, 2017, p.84).

Desta forma, de acordo com a resenha, o tempo presente é o referencial principal quando se busca trabalhar as noções de semelhanças e diferenças, sendo possível, assim, articular reflexões sobre mudanças e permanências, continuidades e rupturas, além da exploração de contextos ou situações vivenciadas ou conhecidas pelos estudantes. Além disso, a proposta pedagógica da obra materializa-se através da História Temática, onde é possível a construção de textos críticos, com a articulação de temas do presente ao passado.

A inovação num ensino de História por eixos temáticos oferecidos pelos livros didáticos, estaria na possibilidade de se pensar a relação passado, presente e futuro por outros parâmetros que não aqueles vinculados a uma concepção linear da história e a uma perspectiva evolutiva de tempo associado à ideia de que a humanidade caminha inexoravelmente para o progresso. O ensino vinculado por temáticas teria como principal fundamento a ruptura com a sequência cronológica dos temas selecionados para o estudo e a problematização do tempo presente. Também nessa ótica, haveria uma crítica severa à lógica muito difundida de uma "história universal".

O trabalho com eixos temáticos tem a função de criar vias lógicas que costurem os conteúdos e que deem sentido e significado aos alunos. Devem estar ligados ao presente do aluno, a sua vivência, substituindo "o tempo linear como organizador do ensino de história" (ABUD, 1999, p. 33).

No entanto, a autora chama a atenção para um equívoco que muitas vezes esse tipo de proposta propõe. Muitos acabam adotando condutas que levam ao presenteísmo, isolam o estudo de uma determinada temática, caracterizando-a pela simplificação e superficialidade. Não se oportuniza um estudo sobre as reflexões de natureza histórica que remetem a uma relação entre presente e passado.

Com relação à abordagem do passado, presente e futuro, observa-se que muitas resenhas apontam para as coleções que trazem como abordagem a relação do passado ao presente e não vice-versa. Podemos ilustrar essa relação em diferentes momentos nas resenhas. A resenha da coleção *História: passado e presente* coloca que o enfoque dessa obra recai sobre a relação passado-presente. No componente curricular História, adverte que a "coleção privilegia a abordagem do passado que dá visibilidade para a história de sociedades europeias, orientais, africanas e dos povos indígenas da América em sua diversidade" (BRASIL, 2017, p. 25).

Situação peculiar encontra-se na resenha da coleção *Olhares da História – Brasil e Mundo*, onde se destaca que a coleção traz uma abordagem de história como conhecimento construído socialmente e pela constante relação que promove entre passado e presente. A resenha da coleção *#Contato História* coloca que a proposta pedagógica propõe a interligação entre passado e presente. A resenha da

coleção *História global* evidencia, no âmbito da sua proposta didático-pedagógica, a realização de várias atividades, como ampliação do conteúdo dos capítulos, exercício de interpretação de fontes, realização de atividades interdisciplinares por meio do estabelecimento de relações entre passado e presente.

Segundo Chesneaux (1995, p. 22), o passado, seja o mais próximo ou longínquo, tem sempre um sentido para nós. Segundo o autor, “ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado”. Por isso, o estudo do passado tem uma grande importância. No entanto, a forma como determinado passado é abordado em sala de aula é de extrema relevância.

Nesse sentido, o autor propõe que a abordagem do passado se dê por meio de questionamentos vindos do presente. Faz-se necessário formular indagações no presente e embrenhar-se no passado em busca de respostas. Quer dizer, a história deve ser compreendida a partir do presente, da sociedade de hoje, dos desafios contemporâneos para depois se chegar ao entendimento do passado.

Quando se coloca a relação coletiva com o passado como base no conhecimento histórico, inverte-se a relação passado-presente. Desta forma, não é mais o passado que comanda, que orienta e que faz os julgamentos. E sim, o presente, que instiga, faz os questionamentos. Trata-se de perspectivas passadas de história de outros espaços e tempos que estejam enraizadas em nossas preocupações, em nossas lutas, e que sejam capazes de reforçá-las e clarificá-las para serem acionadas. Assim, pode-se inferir que o que conta, então, “é o caráter operacional da relação com o passado, sua aptidão para responder às exigências do presente, e não a distância cronológica” (CHESNEAUX, 1995, p. 62).

Ainda segundo Chesneaux (1995), compreender o passado pelo presente deve ser o objetivo principal de todo historiador.

O recurso ao presente seria apenas um truque de ofício, um fio pedagógico ou heurístico, um meio hábil de encontrar as boas pistas e também de tornar o passado de consciência profissional”. (CHESNEAUX, 1995, p.59). “interessante”, no máximo um traço

Tornar o passado, pleno de sentido deve ser a preocupação de todo bom professor de História, que precisa despertar o interesse do aluno, levá-lo à reflexão e ao espírito crítico. O objetivo em sala de aula não se limita a saber uma informação sobre o passado, mas compreender, historicamente, como e porque tal conhecimento foi produzido e como chegou até nós.

O conhecimento histórico deve servir de ferramenta e orientação temporal para uma leitura de mundo do presente, que forneça elementos para uma avaliação quanto às perspectivas de futuro alicerçadas nas experiências humanas do passado.

Nesse sentido, podemos observar o papel fecundante e estimulante do presente, segundo Chesneaux (1995), para a compreensão da história. Partindo dessa concepção, a ideia é instigar o estudo do passado pelo presente. Algumas resenhas trazem indicativos nessa direção. Na resenha da coleção *Caminhos do homem*, com relação ao componente curricular História, é abordado que o plano da obra é baseado em uma relação crítica entre o tempo presente e o passado. O presente é tomado como ponto de partida da análise histórica e, assim, alguns conceitos tratados no primeiro volume, vão progressivamente sendo estudados e assumem uma transversalidade ao longo do texto. Trabalha-se de forma diagonal e vertical com conceitos estruturadores das Ciências Humanas e da História. Estes conceitos são articulados na relação espaço-tempo por um senso de duração. A proposta pedagógica da obra sugere a articulação dos conteúdos e suas relações do tempo presente ao passado.

Na resenha da coleção *Olhares da História – Brasil e Mundo*, quanto ao componente curricular História é destacado que a abordagem das experiências humanas no tempo é feita em uma perspectiva plural e intercultural, observando os desafios do presente e as dimensões relativas ao processo de construção do conhecimento histórico. Na resenha da coleção *História- das cavernas ao terceiro milênio*, é salientado que a obra oferece referências fundamentais para que o professor possa fazer suas escolhas, associar diferentes processos históricos e realizar interconexões entre tempos e espaços distintos. Destaca também que a página de abertura de cada capítulo é um espaço privilegiado para articular o tempo presente ao passado e iniciar o estudo do conteúdo. Durante o capítulo os autores procuram articular diferentes textos didáticos com referências ao tempo presente, no esforço de despertar no estudante o interesse pela História.

Um outro aspecto de extrema importância que o guia revela é o trabalho com a categoria tempo como se esta fosse um conteúdo a ser transmitido e não como uma categoria fundamental para a construção do conhecimento histórico. Observa-se no sumário sintético da coleção *Conexões com a História*.

Sumário Sintético

Ano	Unidade
1º ano - 256p	Introdução: A produção do conhecimento histórico; A história e o historiador; Tempo e história. I – Da pré-história às primeiras civilizações do oriente; II – A antiguidade clássica: Grécia e Roma; III – A Idade Média: Ocidente e Oriente; IV – O nascimento da Modernidade.
2º ano - 248p	I – A construção do mundo moderno; II – Uma era de revoluções e transformações; III – Sociedade e Cultura no século XIX.
3º ano - 272p	I – Um mundo em crise; II – Totalitarismo e Autoritarismo; Unidade III – A Guerra Fria e o conflito de ideologias; Unidade IV – O mundo globalizado.

Fonte: Brasil, 2017, p.57

A resenha da coleção *História, sociedade e cidadania* evidencia que essa obra procura problematizar o conhecimento histórico por meio de elementos do tempo presente. A resenha traz ainda que, no texto principal e nas atividades, se trabalham noções que permitem ao estudante compreender conceitos complexos como tempo e espaço, oferecendo subsídios para que outros conceitos históricos sejam aprofundados ao longo dos volumes. Ainda, é reforçado pela resenha que noções temporais são tratadas de forma a favorecer que os estudantes compreendam mudanças e permanências da sociedade contemporânea.

Segundo Oliveira,

Trabalhar o tempo enquanto noção básica para a aprendizagem histórica é instigar o aluno para que estabeleça relações cognitivas entre a forma como pensa e vive, compreendendo historicamente este pensar e viver, para que possa aprender sobre formas diferentes de pensar e viver, para alguém e além do seu tempo. (OLIVEIRA, 2010,

A forma de conduzir esse processo é determinante para que se promova a aprendizagem do aluno, para isso, o professor precisa trabalhar com o aluno na perspectiva de levá-lo a uma atitude de abstração, identificando sentidos do passado e fazendo questionamentos acerca dele.

Assim, cabe refletirmos em que medida os livros didáticos conseguem apresentar os acontecimentos passados e fazer com que alunos e professores construam mentalmente uma imagem que os associe a outros acontecimentos mais recentes, ou que estejam em curso.

Considerações finais

A temporalidade é uma das categorias fundamentais do conhecimento histórico. É de extrema importância os estudantes perceberem as diversas temporalidades no decorrer da história e sua importância nas formas de organizações sociais e conflitos. Considerado como um produto cultural forjado pelas necessidades da humanidade, o tempo representa um conjunto amplo de vivências humanas. Por isso a importância de seu estudo e a necessidade de situar os acontecimentos históricos nos seus respectivos tempos.

O livro didático é um material pedagógico-escolar que chega às salas de aula pelas mãos do professor. É ele quem dita as regras, desde a escolha do material até a forma de usá-lo e conduzir os estudos. O professor pode utilizar o livro de modo a não operar com uma perspectiva de tempo linear-progressivo na sala de aula. Pode explorar os textos sob outras dinâmicas temporais, realizar uma análise crítica do livro junto com os alunos, dependendo de sua formação, de suas perspectivas, de suas concepções.

O guia é produzido com vistas a oferecer suporte para os professores efetuarem a escolha do livro didático. No entanto, sabe-se que nem todos os professores têm acesso a esse guia, mesmo que esteja disponível on line. Além disso, o tempo disponibilizado aos professores para estudo do guia e análise dos livros didáticos enviados às escolas para escolha é demasiadamente curto, sendo que, muitas vezes, essa tarefa precisa ser realizada paralelamente às aulas.

Embora tenha se observado um processo de renovação dos métodos e das abordagens históricas nos livros didáticos, pela análise do guia, alguns referenciais tradicionais, como a cronologia, continuam enraizados. É interessante observar que nas resenhas do guia, encontram-se análises relacionadas ao tempo na perspectiva de relação passado-presente-futuro, mas, evidencia-se que não há qualquer menção específica sobre a ideia de tempo histórico. No entanto, o guia procura informar os professores sobre as diversas concepções presentes nas coleções, oferecendo possibilidades de se realizar uma boa análise. Consideramos de grande relevância esse material para que os professores possam desenvolver uma escolha eficaz.

Referências

ABUD, Kátia Maria. Temporalidade e didática da história. In: **Anais** do III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Campinas: Gráfica da FE/UNICAMP, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: História**. Guia Nacional dos livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. **Editais PNLD 2017**. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação. Brasília: 2015.

CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático no contexto do PNLD: desafios comuns entre as disciplinas escolares. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

_____; OLIVEIRA, Sandra Regina de. Progressão do conhecimento histórico entre o ensino fundamental e o ensino médio: um olhar sobre o livro didático. **Acta Scientiarum. Education Maringá**, v. 39, suppl., p. 483-495, 2017.

CAINELLI, Marlene. **O que se ensina e o que se aprende em História**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2010.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** São Paulo, Brasiliense, 1995.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina de. O livro didático de História hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, p.123-144, 2004.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **Os tempos que a História tem**. In: História: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2010. (Coleção explorando o Ensino, v. 21, p. 35-58).

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó-SC: Argos, 2011, p. 21-49.

[1] BRASIL. Ministério da Educação. Apresentação. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao> Acesso em: 19 mar. 2018.

[2] Recorrendo ao dicionário Robert, Rancière (2011, p.22) resume o anacronismo como “ação de situar um fato, um uso, um personagem, etc., numa época distinta daquela a que eles pertencem ou convém realmente”. Assim, anacronismo para o autor, é o erro que consiste em situar o fato cedo demais.

[3] Trata-se a aplicação a documentos e textos, (de) uma teoria a priori, utilizando a narrativa dos fatos passados, ou presentes apenas para confirmar as explicações já existentes na mente do autor, oriundas de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos, acríticos ou pseudocientíficos (BRASIL, 2015, p.60).